

O joio e o trigo das auditorias - Março/Abril - 2002

(Tendo em vista o caso da empresa norte-americana Enron, o Jornal do CRC-RJ divulga o artigo de autoria do presidente Nelson Monteiro da Rocha publicado no Jornal do Brasil no dia 1º de fevereiro de 2002 sobre a questão das auditorias).

A missão das auditorias é dar transparência e credibilidade aos números apresentados pelas empresas e instituições. Para isso, normas existem a fim de estabelecer padrão e critérios objetivos na análise a ser procedida pelos profissionais da área. O sistema contábil brasileiro, através do Conselho Federal de Contabilidade e dos conselhos regionais, conta com regras bem definidas: a resolução CFC nº 821 garante a independência e a responsabilidade dos auditores e a resolução nº 751 aborda os princípios nos quais fundamenta-se a contabilidade no País.

Nos últimos dias, verificamos diversas denúncias envolvendo grandes empresas de auditoria, como a multinacional Arthur Andersen no recente escândalo da americana Enron, e a KPMG, que volta ao cenário doméstico com a publicação da sentença condenatória dos réus do processo sobre a falência do Banco Nacional.

A partir destes fatos, alguns segmentos da sociedade passaram a questionar o trabalho desenvolvido pelas firmas de auditoria na certificação dos valores contábeis das empresas, com especial atenção às de capital aberto. Os investidores _ sobretudo os pequenos _ devem ter seu capital resguardado, uma vez que não participam ativamente da administração das companhias.

É bom deixar evidente que casos isolados não podem comprometer a importância da transparência exigida tanto pelo sistema quanto pela sociedade. Seria o mesmo que dizer que uma maçã podre no cesto irá contaminar as demais. É preciso, sim, separar o joio do trigo. Ao contrário do que querem fazer crer alguns que não desejam um controle efetivo, a cada dia a contabilidade desempenha um papel fundamental no processo de moralização de que o País tanto necessita.

Estudos comprovam a relevância da auditoria em uma nova ordem mundial de exigência, difundida por organismos como a Transparência Internacional e a Transparência Brasil. Países que possuem maior quantidade de auditores em

relação à população apresentam menos corrupção do que os demais. A Dinamarca _ considerada uma das nações com menor índice de corrupção _ apresenta 100 auditores para cada 100 mil habitantes, enquanto o Brasil conta com apenas oito profissionais para a mesma quantidade de pessoas. Estatística extremamente significativa.

Aliás, é necessário ampliar o universo das empresas auditadas no País, não se restringindo apenas às de capital aberto. As grandes empresas, mesmo as de capital fechado, devem prestar contas à população que adquire seus produtos. Isso significa soberania nacional, em seu conceito mais legítimo possível.

Casos como o da Enron só evidenciam a importância da auditoria. Deve-se visualizar corretamente cada irregularidade levantada e não condenar o processo. No Brasil, o sistema contábil cumpre sua função, mostrando-se vigilante aos acontecimentos, apurando denúncias e punindo os infratores. Este é o principal mecanismo que a sociedade possui para cobrar a transparência que todos os setores devem ter no estado democrático de direito.